



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Brasília, 07 de dezembro de 2010.

Discurso de Alexandre A. Tombini na sabatina da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal para aprovação da sua indicação à Presidência do Banco Central.

Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Garibaldi Alves Filho.

Excelentíssimo Sr. Relator, Senador Aloízio Mercadante.

Excelentíssimos Senadores e Senadoras aqui presentes.

É com enorme satisfação que compareço novamente a essa digníssima Comissão, agora na condição de indicado à Presidência do Banco Central do Brasil.

* * * * *

Inicialmente, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos à Presidente eleita Dilma Rousseff pela confiança em mim depositada ao indicar meu nome à apreciação desta Casa.

Como funcionário de carreira do Banco Central do Brasil há mais de 15 anos e membro da Diretoria Colegiada desde 2005, vejo na possibilidade de presidir essa Instituição o reconhecimento da qualidade do seu corpo técnico e o ápice de uma aspiração pessoal.

Caso Vossas Excelências concedam-me a honra de aprovar meu nome, inicialmente nesta Comissão e posteriormente no Plenário desta Casa, comprometo-me desde já a desempenhar minhas atribuições com determinação, colocando minha experiência acadêmica e profissional no cumprimento das missões legais e institucionais do Banco Central do Brasil, em especial, a de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

* * * * *

A estabilidade do poder de compra da nossa moeda – o Real – é uma conquista da sociedade brasileira, e sua manutenção um desafio permanente, cuja responsabilidade recai sobre todo o Governo mas, principalmente, sobre o Banco Central.

Como todos sabem, taxas elevadas de inflação têm efeitos nocivos sobre a economia e perversos sobre a renda da população, em particular, sobre os segmentos de renda mais baixa. Nesse sentido, o objetivo primordial da política monetária é manter a inflação em nível baixo e estável. Mais do que isso, o Banco Central tem que ter credibilidade para que a condução da política monetária alcance os objetivos pré-definidos pelo Conselho Monetário Nacional. A confiança da sociedade e dos agentes econômicos de que a inflação permanecerá baixa e estável no médio e longo prazo, é condição necessária para a ampliação dos horizontes de planejamento das empresas e das famílias, assim proporcionando elevação dos investimentos, da produção, do nível de emprego e da renda. Essas são condições essenciais para um desenvolvimento sustentável e que possa efetivamente trazer benefícios a toda sociedade.

Ou seja, a previsibilidade de que a inflação permanecerá em um nível baixo e estável é também, conseqüentemente, condição necessária para o crescimento sustentável. Não há exemplo de país que tenha experimentado períodos prolongados de crescimento econômico com inflação alta. Pelo contrário, há evidências empíricas de que taxas mais elevadas de inflação trazem prejuízos ao crescimento e ao nível de emprego por períodos prolongados.

Hoje há consenso de que é falso o dilema que contrapunha o crescimento econômico à estabilidade de preços. A própria experiência da economia brasileira ajuda a refutar esse dilema. Nos últimos anos, consolidamos a inflação em um patamar baixo e observamos o crescimento médio muito maior, quando comparado às décadas passadas, quando convivíamos com inflação elevada.

Nesse contexto, julgo importante ressaltar que o compromisso exigido pela Presidente eleita Dilma Rousseff ao me convidar para presidir o Banco Central do Brasil é de que essa Instituição, sob a minha liderança, caso minha indicação seja aprovada por Vossas Excelências, persiga de forma incansável e intransigente o cumprimento da missão institucional de assegurar a estabilidade



BANCO CENTRAL DO BRASIL

do poder de compra da moeda. Para isso, a Presidente eleita conferiu autonomia operacional plena ao Banco Central para perseguir o objetivo definido pelo Governo, por meio do Conselho Monetário Nacional, de meta de inflação medida pelo IPCA de 4,5% para os próximos 2 anos.

* * * * *

O regime de metas para a inflação, de cuja implementação tive a honra de participar, à época como chefe do Departamento de Estudos e Pesquisa do Banco Central, é, sem dúvida alguma o instrumento mais adequado para o cumprimento da missão de assegurar a estabilidade do poder de compra da nossa moeda. Adotado há mais de 11 anos, esse regime tem obtido sucesso inquestionável no alcance do seu objetivo principal de coordenar as expectativas dos agentes econômicos. E tem feito isso com flexibilidade, absorvendo choques econômicos diversos, ao menor custo para a sociedade.

O sucesso do regime de metas para a inflação se deve a três características principais: (a) simplicidade, (b) fácil aferição e (c) transparência.

O regime é simples, pois é baseado em uma única meta numérica. E por isso permite a plena compreensão e clareza dos objetivos perseguidos pela autoridade monetária por qualquer cidadão.

É também de fácil aferição, pois a meta numérica é previamente definida para cada ano e tem como parâmetro um indicador amplamente conhecido, no caso, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado mensalmente pelo IBGE. Assim, cada cidadão é capaz de aferir, ao final de cada ano, se a inflação mensurada pelo IPCA naquele ano está ou não dentro da meta, respeitado o intervalo tolerância.

Por fim, o regime é transparente. A meta para a inflação é definida pelo Conselho Monetário Nacional com dois anos de antecedência e divulgada a toda sociedade, publicada no Diário Oficial da União e disponibilizada no sítio do Banco Central na rede mundial de computadores. As reuniões do Comitê de Política Monetária – Copom – obedecem rigorosamente a um calendário anual pré-estabelecido e público. Suas decisões são divulgadas imediatamente após as reuniões, e as atas com a fundamentação da decisão são tempestivamente publicadas, com intervalo de apenas uma semana. Trimestralmente, o Banco Central publica o Relatório de Inflação, expondo à sociedade e aos agentes econômicos, de forma fundamentada, suas previsões de inflação e os riscos



BANCO CENTRAL DO BRASIL

associados. E é obrigação do Banco Central prestar contas à sociedade, em especial, ao Congresso Nacional, o que se traduz em reuniões periódicas do Presidente e demais membros da Diretoria Colegiada com as Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Como podemos observar, há toda uma liturgia que reveste o processo de execução da política monetária para o cumprimento do regime de metas para a inflação, a qual é seguida rigorosamente, garantindo transparência total, com comunicação clara e eficiente a toda sociedade.

* * * * *

A estabilidade macroeconômica, condição necessária para o crescimento sustentável, não se conquista apenas mantendo a inflação baixa e estável. O compromisso com a estabilidade do poder de compra da nossa moeda é apenas um pilar do arcabouço da política macroeconômica que vem sendo adotada no Brasil nos últimos anos. Ela é complementada com um regime de câmbio flutuante, capaz de absorver choques externos, e com uma política fiscal responsável, com compromisso explícito de geração de superávit primário capaz de reduzir a relação dívida / PIB.

A política macroeconômica em vigor no Brasil, baseada nesse tripé de controle da inflação, câmbio flutuante e austeridade fiscal, tem se mostrado sólida e eficiente. Mais do que isso, tem produzido resultados extremamente positivos, contribuindo de forma decisiva para o crescimento econômico observado no Brasil nos últimos anos.

A propósito, essa política macroeconômica foi rigorosamente testada na crise financeira de 2008, que assolou as principais economias mundiais. E o resultado é que ela não só se mostrou eficaz, mas foi amplamente reconhecida como um dos fatores que propiciou que o Brasil fosse um dos últimos países a sentir os efeitos da crise, e um dos primeiros a recuperar a trajetória de crescimento econômico.

Porém, o desempenho favorável da economia brasileira frente à crise financeira de 2008 não está relacionado única e exclusivamente à condução da política macroeconômica. No âmbito das competências do Banco Central do Brasil, também tiveram papel fundamental:



BANCO CENTRAL DO BRASIL

(a) a qualidade e a eficiência da regulação prudencial e da supervisão das instituições financeiras, e

(b) a regulamentação das atividades bancárias e financeiras, que visam a promover um sistema financeiro eficiente, competitivo e inclusivo.

* * * * *

A crise de 2008 teve origem e consequências profundas no sistema financeiro internacional, em grande parte, devido às falhas de regulação e de supervisão pelas autoridades de outras jurisdições.

Contudo, não foi esse o cenário que observamos aqui no Brasil. Muito pelo contrário, a crise de 2008 contribuiu para atestar a qualidade da regulação do sistema financeiro brasileiro.

A regulação prudencial imposta pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil é mais rigorosa que a adotada pela maioria dos países. E isto ajudou a proteger o nosso sistema dos principais problemas que atingiram as instituições financeiras de outros países.

Esse rigor permeia todo o arcabouço regulatório. A começar pelo requerimento de capital, que no Brasil é maior do que o exigido internacionalmente, e por regras de provisionamento mais eficientes.

A supervisão, por sua vez, tem exercido suas atribuições com determinação, focada na missão institucional de assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente. Nos últimos anos foram introduzidas novas metodologias e ferramentas, alinhadas com as melhores práticas internacionais, o que possibilitou o aperfeiçoamento do monitoramento das instituições e do sistema financeiro no seu conjunto. O Banco Central não hesita em adotar medidas corretivas ou punitivas de forma tempestiva sempre que necessário.

A existência de um arcabouço de regulação prudencial rigoroso e de uma supervisão estruturada, eficiente e abrangente do Sistema Financeiro Nacional foi essencial para superarmos a crise financeira internacional de 2008 sem qualquer intervenção ou liquidação e, principalmente, sem uso de dinheiro do contribuinte para socorrer qualquer instituição financeira.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Foi fundamental também o nosso arcabouço institucional, em especial, o fato do Banco Central ser responsável tanto pela execução da política monetária quanto pela supervisão do Sistema Financeiro. Não obstante essas atribuições serem conduzidas de forma independente, mesmo porque possuem objetivos e responsabilidades distintos, não há como negar que no auge da crise o comando único exercido pela Diretoria Colegiada sobre ambas atribuições foi crucial na coordenação das ações que tiveram que ser adotadas de forma tempestiva. Nesse sentido, cabe ressaltar que países que no período pré crise optaram por segregar tais atribuições, conferindo-as a instituições distintas, hoje estão repensando esse modelo. Alguns deles, inclusive, já retrocederam, colocando novamente sob o comando do banco central a atribuição da supervisão do sistema financeiro.

Podemos afirmar que saímos maiores e mais fortes da crise financeira de 2008. Passamos a integrar o principal fórum financeiro internacional - o Comitê de Estabilidade Financeira (FSB). Passamos a integrar também o Comitê de Basileia, instância máxima na definição dos padrões mínimos de regulação prudencial internacional. Agora somos protagonistas, não mais espectadores.

O modelo de regulação e de supervisão do sistema financeiro adotado pelo Brasil hoje é referência mundial.

Contudo, temos consciência plena de que não podemos nos acomodar, pois crises financeiras surgem de forma lenta, e por vezes silenciosa. O aperfeiçoamento da regulação prudencial e da supervisão do sistema financeiro é um processo contínuo, sem fim. E precisa acompanhar as inovações que são incorporadas a todo dia no âmbito do sistema financeiro.

Participamos ativamente, nos últimos dois anos, do processo de discussão e aperfeiçoamento da regulação prudencial internacional, conduzido no âmbito do Comitê de Basileia. Esse processo resultou na proposta popularmente conhecida como Basileia III, que tem como objetivo corrigir as falhas identificadas na regulação prudencial internacional que contribuíram para a ocorrência da crise financeira de 2008.

Apoiamos integralmente essa proposta. Não só porque participamos ativamente da elaboração dela. Mas porque, quando implementada, contribuirá para um sistema financeiro internacional mais seguro e estável. E isso é fundamental para não sofrermos as consequências de riscos excessivos incorridos por instituições de outros países. Mas também é fundamental para o processo de expansão internacional das nossas instituições financeiras, as quais darão supor-



BANCO CENTRAL DO BRASIL

te à realização de negócios de empresas brasileiras no exterior, ampliando exportações, prospectando mercados e promovendo e atraindo investimentos.

* * * * *

Foi essencial também para o desempenho favorável da economia brasileira na crise de 2008 a regulamentação das atividades bancárias e financeiras, visando a promover um sistema financeiro eficiente, competitivo e, mais do que isso, inclusivo. Essa regulamentação contribuiu para a construção de um mercado interno robusto e dinâmico.

No contexto de retração da economia global, foi exatamente o mercado interno que mitigou os efeitos da crise de 2008 na economia brasileira, fomentando, inclusive, a retomada do crescimento econômico.

A boa regulamentação das atividades bancárias e financeiras contribuiu para que o mercado de crédito voltasse a crescer nos últimos anos, passando de 25% do PIB em 2003 para mais de 47% em 2010. O crédito imobiliário voltou a ser concedido pelas instituições financeiras, permitindo que as famílias realizem seu sonho de adquirir a casa própria. E o que é mais importante: esse crescimento se deu em base sólida e duradoura.

O Banco Central monitora diariamente o desenvolvimento do mercado de crédito, corrigindo falhas pontuais e promovendo aperfeiçoamentos na regulamentação, para que este continue crescendo com segurança.

A regulamentação das atividades bancárias e financeiras visa a promover também um sistema financeiro inclusivo, por dois objetivos principais.

O primeiro é de caráter geral, de cunho social e econômico. Nesse sentido, há convicção de que a busca de mecanismos para a inclusão financeira é essencial para a redução de desigualdades sociais e para o desenvolvimento econômico de qualquer país.

O segundo objetivo é específico, e praticamente ignorado por boa parte dos agentes econômicos. Mas é de extrema importância para a condução da política monetária. A inclusão financeira fortalece o principal canal de transmissão da política monetária, que é exatamente o sistema financeiro. Quanto maior for a parcela da sociedade que efetivamente utiliza o sistema financeiro, seja obtendo crédito, seja investindo suas economias, maior será a eficácia da política



BANCO CENTRAL DO BRASIL

monetária. Em uma sociedade plenamente incluída financeiramente, pequenas oscilações nas taxas de juros tendem a ter implicações maiores na expansão ou retração da demanda agregada, facilitando e reduzindo o custo do controle da inflação.

Nesse contexto, o Banco Central Brasil tem uma agenda extensa para ampliar a inclusão financeira, tendo introduzido inúmeras medidas nos últimos anos. Destaco aqui algumas dessas medidas, como o modelo de correspondente bancário, o aperfeiçoamento do marco regulatório do cooperativismo de crédito e a criação da conta simplificada.

Atualmente, todos os municípios brasileiros são atendidos com algum tipo de serviço bancário ou financeiro. As instituições financeiras possuem mais de 20 mil agências; são mais de 50 mil postos de atendimento bancários e mais de 158 mil caixas eletrônicos. O Sistema Financeiro Nacional gerencia hoje mais de 142 milhões de contas ativas.

Contudo, não obstante a inclusão financeira ser uma prioridade, o Banco Central do Brasil é intransigente em exigir qualidade, eficiência, transparência, respeito às regras e aos clientes de todo o Sistema. E isso se aplica, principalmente, aos clientes mais humildes.

Nesse sentido, há uma extensa agenda focada nessas preocupações. Inúmeras medidas já foram adotadas, como a regulamentação das tarifas bancárias em 2007 e das tarifas de cartão de crédito, adotadas há duas semanas.

Não há dúvida que o objetivo principal de qualquer política pública e de qualquer governo é a melhoria das condições de vida dos seus cidadãos. Nesse sentido, tenho convicção plena de que (a) a política monetária focada no controle da inflação, (b) a regulação prudencial rigorosa e a supervisão de qualidade das instituições financeiras e (c) a busca incansável por um sistema financeiro eficiente, competitivo e inclusivo contribuíram de forma efetiva, não só para o bom desempenho da economia brasileira durante a crise, mas principalmente para a melhoria das condições de vida da sociedade brasileira.

* * * * *



BANCO CENTRAL DO BRASIL

A condução da nossa política econômica nos próximos anos se dará com um quadro externo volátil ao qual devemos permanecer atentos. O sucesso da economia brasileira na superação da crise de 2008 não deve ocultar o futuro desafiador que teremos no cenário externo.

A recuperação das economias avançadas, que representam parcela expressiva da demanda e da riqueza global, está se revelando mais lenta do que o previsto. Existe ainda muita incerteza sobre como vai evoluir a percepção de sustentabilidade de suas dívidas soberana e privada. Os impulsos fiscais e monetários adotados na fase mais aguda da crise por estas economias foram capazes de evitar uma nova Grande Depressão. Contudo, não conseguem hoje garantir a retomada do crescimento, o que impacta negativamente o desempenho da economia mundial.

Esse contexto coloca desafios bem conhecidos de gestão macroeconômica para o Brasil e para os países emergentes em geral, que estão crescendo em ritmo superior à média. É necessário discernir os aspectos temporários e permanentes, positivos e de riscos, desse contexto.

O nosso regime de câmbio flutuante tem cumprido bem o seu papel de absorver choques externos. Porém, em situações excepcionais, são mais do que justificáveis os usos de instrumentos macro-prudenciais, principalmente para prevenir a formação de bolhas financeiras e de crédito. Enfim, para prevenir futuras crises bancárias e de balanço de pagamentos.

Finalmente, os próximos anos irão demandar mudanças estruturais na economia global, inclusive no seu sistema de governança. A correção dos desequilíbrios globais é uma tarefa que demanda coordenação também global. O G 20 é, sem dúvida alguma, o fórum adequado para conduzir esse processo de coordenação mundial, e o Brasil tem participado de forma ativa, com determinação, mas também com realismo, nessa agenda. Precisamos evitar que o contexto atual favoreça o surgimento do protecionismo comercial, o que traria prejuízos ao crescimento global e, principalmente, ao desenvolvimento das economias emergentes.

* * * * *

Os desafios para o Banco Central continuam sendo enormes. Conseguimos nos últimos anos trazer a inflação para um nível baixo e estável. Precisamos agora consolidar e aprofundar essa conquista.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Precisamos também construir as condições necessárias para no futuro convergir a nossa meta de inflação para o padrão observado nas principais economias emergentes.

Comprometo-me também a cumprir a missão legal e institucional de assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente, que contribua efetivamente para o crescimento sustentável da nossa economia.

O desenvolvimento do crédito é fundamental para o cumprimento dessa missão. É importante que haja a ampliação do crédito no Brasil, em condições mais adequadas de custo e prazo. Não só para o financiamento do consumo, mas principalmente para o financiamento habitacional e do investimento produtivo.

Contudo, é importante que essa ampliação ocorra de forma segura, evitando inclusive o endividamento excessivo das famílias e das empresas. Por isso, caso tenha a honra de ser aprovado por esta Casa, não hesitarei em adotar medidas prudenciais e macroprudenciais que garantam o crescimento do crédito de forma sustentável.

* * * * *

Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Garibaldi Alves Filho.

Excelentíssimo Sr. relator, Senador Aloízio Mercadante.

Excelentíssimos Senadores e Senadoras aqui presentes.

Gostaria de enfatizar que foi uma honra para mim, com membro da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil desde 2005, ter contribuído para o controle da inflação e para o desenvolvimento e fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional que, em conjunto com outras políticas públicas, propiciaram que o nosso País encontrasse uma rota de crescimento econômico sustentável.

Nesse momento quero agradecer o voto de confiança do Ministro Henrique Meirelles e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e dos Exmos. Senadores e Senadoras que em 2005 aprovaram o meu nome para integrar a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Caso Vossas Excelências concedam-me a honra de aprovar meu nome novamente, agora para presidir o Banco Central do Brasil, renovo e enfatizo o compromisso de desempenhar minhas atribuições com afinco, cumprindo as missões legais e institucionais dessa Instituição, em especial, a de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda.

* * * * *

Agradeço a atenção de Vossas Excelências e me coloco à inteira disposição.